UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOPEDAGOGIA

COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: Contribuição no ensino superior para os estudantes

MARIANA LACERDA COSTA

JOÃO PESSOA
2026

MARIANA LACERDA COSTA

COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: Contribuição no ensino superior para os estudantes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientadora: Profª Dra.Adriana Gaião e Barbosa

João Pessoa – PB
2026

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838c Costa, Mariana Lacerda.
Comitê de inclusão e acessibilidade: contribuição no ensino superior para os estudantes / Mariana Lacerda Costa. - João Pessoa, 2026.
28 f. : il.

Orientação: Adriana Gaião e Barbosa.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicopedagogia) - UFPB/CE.

1. Inclusão educacional. 2. Ensino superior. 3. Acessibilidade. 4. Permanência estudantil. 5. Psicopedagogia. I. Barbosa, Adriana Gaião e. II. Título.

UFPB/CE CDU 378(043.2)

Elaborado por JANETE SILVA DUARTE - CRB-15/104

Mariana Lacerda Costa

COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: CONTRIBUIÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PARA OS ESTUDANTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Data de Aprovação 2 / 4 / 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adriana de Andrade Gaião e Barbosa (Orientadora)

Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Roberto Derivaldo Anselmo (Membro)

Universidade Federal da Paraíba

A todos que, como eu, acreditam em
uma educação mais justa e inclusiva.

RESUMO

Observa-se que a inclusão no ensino superior envolve não apenas o acesso, mas a garantia de condições efetivas de permanência e aprendizagem para estudantes com deficiência, exigindo transformações institucionais e pedagógicas. Nesse contexto, o presente trabalho tem como tema a atuação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo como objetivo geral analisar sua contribuição para a permanência estudantil. Como objetivos específicos, buscou-se compreender as ações desenvolvidas pelo comitê, identificar suas estratégias de acompanhamento e analisar seus impactos na trajetória acadêmica dos estudantes atendidos. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória, com coleta de dados realizada por meio de questionário aplicado a estudantes atendidos pelo CIA e entrevista semiestruturada com o coordenador do comitê, sendo os dados analisados à luz da análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que as ações do CIA contribuem significativamente para a permanência estudantil, especialmente por meio de estratégias de mediação, acompanhamento e promoção da acessibilidade acadêmica. Conclui-se que o comitê desempenha papel fundamental na consolidação de práticas inclusivas no ensino superior, embora ainda existam desafios relacionados à ampliação e sistematização dessas ações.

Palavras-Chave: Inclusão educacional; Ensino superior; Acessibilidade; Permanência estudantil; Psicopedagogia.

ABSTRACT

It is observed that inclusion in higher education involves not only access, but also the guarantee of effective conditions for the retention and learning of students with disabilities, requiring institutional and pedagogical transformations. In this context, the present study focuses on the role of the Inclusion and Accessibility Committee (CIA) of the Federal University of Paraíba (UFPB), with the general objective of analyzing its contribution to student retention. As specific objectives, the study seeks to understand the actions developed by the committee, identify its monitoring strategies, and analyze their impacts on the academic trajectory of the assisted students. The research is characterized as qualitative, exploratory in nature, with data collection carried out through a questionnaire applied to students assisted by the CIA and a semi-structured interview with the committee coordinator, with data analyzed in light of content analysis. The results show that the actions of the CIA significantly contribute to student retention, especially through mediation strategies, monitoring, and the promotion of academic accessibility. It is concluded that the committee plays a fundamental role in consolidating inclusive practices in higher education, although challenges still exist regarding the expansion and systematization of these actions.

Keywords: Educational inclusion; Higher education; Accessibility; Student retention; Psychopedagogy.

LISTA DE ABREVIATURAS

UFPB Universidade Federal da Paraíba

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIA Comitê de Inclusão e Acessibilidade

ZDP Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS NORMATIVOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS 10

3 OS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: PANORAMA E DESAFIOS 12

4 CONHECENDO O CIA 14
4.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO 15
4.2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE 15
4.3 FLEXIBILIZAÇÃO METODOLÓGICA E SINGULARIDADE DA APRENDIZAGEM 16
4.4 INCLUSÃO COMO PERTENCIMENTO E PARTICIPAÇÃO 16
4.5 AVANÇOS INSTITUCIONAIS E DESAFIOS PERMANENTES 17

5 A ATUAÇÃO DO CIA E SUAS APROXIMAÇÕES COM A PSICOPEDAGOGIA 17

6 METODOLOGIA 19
6.1 DELINEAMENTO 19
6.2 PARTICIPANTES 20
6.3 INSTRUMENTOS 20
6.4 PROCEDIMENTOS 21

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO 22

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 24

REFERÊNCIAS

AGRADECIMENTOS

1. INTRODUÇÃO

Falar de inclusão educacional é como acender uma vela numa sala escura: de repente, começamos a ver o que antes não enxergávamos. A ideia não é só colocar todo mundo na mesma sala de aula, mas transformar a escola em um lugar em que cada indivíduo, com seu contexto, sua história e seus desafios, possa aprender, crescer e, principalmente, se sentir parte de verdade dentro de uma sociedade. Anos atrás, pessoas com deficiência eram praticamente invisíveis, como peças que não se encaixavam dentro da escola. O modelo de ensino que existia, via o aluno com deficiência como um problema para resolver, não como alguém para entender. A consequência? Muitos acabavam ficando excluídos, como páginas arrancadas de um livro em que ninguém teve a chance de ler e conhecer.

Essa realidade começou a mudar nos anos de 1980 e ganhou mais força nos anos de 1990, quando surgiram ideias que realmente inovaram a educação. A Declaração de Salamanca, em 1994, foi um ponto crucial para o desenvolvimento da educação inclusiva, já que a mesma defendia que todos têm o direito à educação, e não qualquer educação, mas uma que valorize a diversidade e a inclusão. No Brasil, esse movimento foi tomando forma com a Constituição de 1988, a LDB de 1996 e, depois, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008.

Já no cenário do ensino superior, era ainda mais complicado, pois, por muito tempo, tinha-se um grande preconceito com os alunos deficientes, focando somente nas limitações dos mesmos e ignorando suas potencialidades e habilidades. Porém, aos poucos, o silêncio da exclusão foi quebrado e um marco importante para esse processo foi o Programa Incluir, em 2005, que impulsionou as universidades federais começarem a se repensar. Com isso, criaram-se núcleos de acessibilidade e começaram a plantar a ideia de que a diferença não é um obstáculo, mas parte natural da paisagem. Esse movimento ganhou grande força com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em 2015, que veio dizer claramente que não basta só acolher os aprendentes, e sim ter que garantir caminhos livres de barreiras e cheios de oportunidades.

E foi nesse ritmo que, em 2013, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) criou o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), ligado à Reitoria, com o objetivo de romper barreiras e preconceitos. O trabalho do CIA é interdisciplinar e vai além de técnica, ele é humanizado. Vai desde o acolhimento até a formação continuada, passando por suporte pedagógico, tecnologias assistivas e acessibilidade arquitetônica e comunicacional. Com isso, o CIA tem ajudado a tornar a UFPB um lugar mais plural, sensível e acessível. Ainda nesse cenário de nível superior, é recorrente desafios no que se refere à efetivação das políticas de

inclusão. Embora avanços legislativos e institucionais tenham ampliado o acesso de estudantes com deficiência às universidades, a permanência e o sucesso acadêmico ainda dependem da implementação de estratégias concretas de apoio.

Portanto, a escolha por essa temática se justifica por seu valor social e acadêmico, pois estudar a atuação deste comitê, sob a ótica psicopedagógica, permitirá compreender o impacto de suas práticas no cotidiano acadêmico dos estudantes atendidos, além de oferecer subsídios para o fortalecimento de políticas institucionais e para a replicação de experiências semelhantes em outras instituições de ensino superior.

Então, a partir desse cenário, este estudo possui o seguinte problema a responder: Qual é a contribuição desse comitê na promoção da inclusão no ensino superior para com os discentes?

Quanto ao objetivo geral, o presente trabalho vai analisar, sob uma perspectiva psicopedagógica, de que forma o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) da UFPB contribui para a permanência, o sucesso acadêmico e a vivência universitária dos estudantes com deficiência. Desenvolvendo assim os objetivos específicos sendo eles: a) Investigar como os estudantes atendidos pelo CIA percebem o impacto das ações do comitê em sua trajetória acadêmica; b) Avaliar satisfação dos estudantes com os serviços oferecidos pelo CIA, considerando aspectos pedagógicos, psicossociais e estruturais; c) Analisar desafios e possibilidades de aprimoramento das ações do CIA.

Por fim, a ideia norteadora da pesquisa é que as ações do CIA exercem um impacto positivo significativo na permanência e no sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência, promovendo uma vivência universitária mais inclusiva e acolhedora.

2. INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: AVANÇOS NORMATIVOS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

A compreensão do conceito de inclusão educacional exige a distinção entre inclusão e integração, termos frequentemente utilizados como sinônimos, mas que expressam perspectivas distintas no campo educacional. Conforme discute Mantoan (2003), a integração refere-se a um modelo em que o estudante com deficiência é inserido no sistema educacional regular, desde que consiga se adaptar às normas já estabelecidas, mantendo-se, portanto, a lógica de homogeneização do ensino. Nesse sentido, a responsabilidade pela adaptação recai predominantemente sobre o aluno. Em contraposição, a inclusão propõe uma transformação estrutural da escola e das práticas pedagógicas, reconhecendo a diversidade como elemento

constitutivo do processo educativo (MANTOAN, 2003). Nessa perspectiva, não é o estudante que deve se ajustar ao sistema, mas a instituição que deve se reorganizar para atender às singularidades dos sujeitos, garantindo condições efetivas de participação, aprendizagem e pertencimento. Assim, a inclusão ultrapassa a ideia de acesso e se consolida como um compromisso com a equidade, exigindo mudanças nas concepções pedagógicas, nas práticas docentes e na cultura institucional (MANTOAN, 2003).

E ao se tratar da inclusão no ensino superior brasileiro, é possível perceber que o mesmo se constitui de um processo histórico, político e pedagógico que transcende a mera ampliação do acesso e exige reestruturações institucionais profundas. Se, em décadas anteriores, o debate sobre educação inclusiva concentrava-se, predominantemente, na educação básica, nas últimas duas décadas observa-se uma expansão significativa das discussões e das políticas voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico de estudantes com deficiência nas universidades, e esse movimento encontra respaldo em marcos normativos nacionais e internacionais que consolidam o direito à educação em condições de igualdade, entre os quais se destacam a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e as diretrizes estabelecidas a partir do Programa Incluir.

A promulgação da Lei nº 13.146/2015 representou um avanço significativo ao estabelecer que as instituições de ensino superior devem garantir acessibilidade, adaptações razoáveis e recursos de tecnologia assistiva, assegurando não apenas o ingresso, mas também a permanência qualificada dos estudantes com deficiência. Entretanto, a literatura recente tem apontado que a existência de dispositivos legais, por si só, não assegura a efetividade das práticas inclusivas. Conforme argumenta Mantoan (2003), a inclusão demanda transformação estrutural da cultura institucional, implicando revisão de concepções pedagógicas, reorganização curricular e superação de modelos que historicamente, naturalizaram a exclusão. Logo ao se tratar do âmbito do ensino superior, os desafios assumem contornos específicos, já que, diferente da educação básica, as universidades federais operam sob maior autonomia didático-científica, o que pode resultar em práticas heterogêneas quanto à adaptação curricular e à flexibilização metodológica.

Nos estudos contemporâneos é possível observar que estudantes com deficiência enfrentam barreiras não apenas arquitetônicas e comunicacionais, mas também atitudinais e pedagógicas, relacionadas à falta de preparo docente, a rigidez avaliativa e a insuficiência de estratégias de mediação acadêmica (GLAT; PLETSCH, 2011). A inclusão universitária exige

uma abordagem sistêmica, que articule políticas de permanência estudantil, formação docente continuada e acompanhamento psicopedagógico, portanto, nesse contexto, a concepção de inclusão evolui de uma perspectiva assistencialista para uma abordagem baseada em direitos e equidade.

Portanto, a compreensão dos avanços normativos relacionados a inclusão no ensino superior brasileiro permite evidenciar que a garantia legal de direitos não se traduz, automaticamente, em práticas institucionais efetivas. Nesse contexto, emerge a necessidade de estruturas organizacionais capazes de operacionalizar essas diretrizes no cotidiano universitário, dando materialidade às políticas inclusivas e é nesse cenário que os núcleos de acessibilidade assumem papel estratégico, constituindo-se como dispositivos institucionais responsáveis por articular ações pedagógicas, técnicas e administrativas voltadas à permanência e participação plena de estudantes com deficiência.

Assim, a análise do panorama desses núcleos no ensino superior brasileiro possibilita compreender como os desafios contemporâneos da inclusão se manifestam na prática, revelando diferentes modelos de atuação, níveis de integração institucional e impactos no percurso acadêmico dos estudantes.

3. OS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: PANORAMA E DESAFIOS

A consolidação das políticas de inclusão no ensino superior federal brasileiro foi, significativamente, impulsionada pela criação do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir), instituído pelo Ministério da Educação com o objetivo de fomentar a implementação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A partir dessa iniciativa, observou-se a expansão de estruturas institucionais voltadas à eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais que impactam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência no contexto universitário.

Embora compartilhem diretrizes nacionais comuns, os núcleos de acessibilidade apresentam variações quanto à organização, abrangência e foco de atuação. Em instituições como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o núcleo de acessibilidade desenvolvido no âmbito do Programa Incluir atua promovendo ações voltadas à garantia de acesso e permanência de estudantes com deficiência, contribuindo para a melhoria da vivência

acadêmica desses sujeitos (UFRGS, 2016). Esse modelo evidencia uma ênfase na transformação cultural da universidade, reconhecendo que a inclusão envolve mudanças nas concepções pedagógicas e nas práticas institucionais.

Já na Universidade Federal de Minas Gerais, por sua vez, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão tem desenvolvido iniciativas voltadas especialmente à acessibilidade física e digital, com implementação de tecnologias assistivas e adequação de ambientes e materiais acadêmicos conforme padrões de acessibilidade (UFMG, 2024). Tal enfoque técnico-comunicacional contribui para a garantia de condições básicas de acesso e mobilidade acadêmica, ainda que, em determinados contextos, essa atuação possa demandar maior articulação com processos sistemáticos de acompanhamento psicopedagógico dos estudantes.

Em diversas universidades federais, observam-se modelos que articulam ações de acessibilidade com políticas de assistência estudantil e extensão universitária, promovendo estratégias intersetoriais de acompanhamento acadêmico e inclusão social. Esses modelos indicam a busca por práticas mais integradas; contudo, a literatura aponta que, em muitas instituições, as ações de acessibilidade ainda são predominantemente reativas, sendo acionadas diante de demandas específicas, o que pode limitar a construção de práticas preventivas e estruturais (GLAT; PLETSCH, 2011; MANTOAN, 2003).

E dentro desse panorama nacional, destaca-se também a atuação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba que, diferentemente, de modelos que concentram esforços prioritariamente, em adaptações técnicas ou administrativas, o CIA caracteriza-se por uma atuação interdisciplinar que integra suporte psicopedagógico, mediação institucional, acompanhamento individualizado dos estudantes e formação continuada de docentes (UFPB, 2013). Essa articulação amplia o alcance das ações inclusivas ao conectar diretamente o apoio institucional ao processo de aprendizagem e a permanência acadêmica.

A implementação de estratégias como o programa de alunos apoiadores e a interlocução com políticas institucionais de permanência estudantil evidencia um modelo de inclusão que ultrapassa a dimensão formal da acessibilidade, aproximando-se de perspectivas contemporâneas que compreendem a inclusão como prática sistêmica e contínua. Nesse sentido, observa-se que o diferencial entre os núcleos de acessibilidade nas IFES não reside apenas em sua existência institucional, mas na profundidade da integração entre apoio pedagógico, suporte psicossocial e ações estruturantes de permanência. Assim, a análise comparativa sugere que modelos mais integrados, como o desenvolvido pelo CIA/UFPB, apresentam maior potencial de contribuir para experiências universitárias inclusivas e

sustentáveis, reforçando a importância de práticas intersetoriais na consolidação de políticas públicas de inclusão no ensino superior brasileiro.

A análise do panorama dos núcleos de acessibilidade no ensino superior brasileiro evidencia que, embora essas estruturas estejam amplamente presentes nas instituições federais, suas formas de organização, abrangência e impacto na permanência estudantil variam significativamente. Essas diferenças reforçam a importância de investigações que se dediquem a compreender, em contextos institucionais específicos, como tais núcleos operacionalizam as políticas de inclusão e quais contribuições efetivas produzem no percurso acadêmico dos estudantes. Nesse sentido, torna-se pertinente direcionar o olhar investigativo para o Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba, buscando compreender sua estrutura, suas práticas e seu papel no fortalecimento de experiências universitárias inclusivas.

4. CONHECENDO O CIA

O Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba constitui-se como uma instância institucional estratégica na promoção de políticas inclusivas no âmbito da educação superior. Vinculado as ações de permanência estudantil e a garantia de direitos educacionais, o CIA desenvolve práticas voltadas ao acolhimento, acompanhamento e mediação das demandas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e outras necessidades educacionais específicas. Sua atuação envolve a articulação entre diferentes setores acadêmicos e administrativos, promovendo adaptações pedagógicas, formação continuada para docentes e suporte psicopedagógico, o que evidencia uma perspectiva de inclusão que ultrapassa a dimensão normativa e se materializa em ações concretas no cotidiano universitário. Compreender a estrutura e o funcionamento desse comitê torna-se, portanto, fundamental para analisar sua contribuição na construção de trajetórias acadêmicas mais acessíveis e equitativas no contexto da UFPB.

A partir de uma entrevista semiestruturada realizada com o coordenador do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, através de uma reunião online, foi possível identificar categorias temáticas relevantes relacionadas à implementação do comitê e ao desenvolvimento das políticas de inclusão no ensino superior e, para inserir o conteúdo da entrevista, foi feito uma análise conduzida com base na perspectiva qualitativa interpretativa, inspirada nos pressupostos da análise de conteúdo, permitindo a organização dos dados em eixos significativos. A partir dessa perspectiva, a organização dos dados em categorias analíticas

possibilita compreender de forma mais sistemática os diferentes aspectos relacionados à implementação e ao funcionamento do comitê.

4.1. CONTEXTO DE CRIAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO

O surgimento do Comitê de Inclusão e Acessibilidade está relacionado ao fortalecimento das discussões sobre direitos educacionais das pessoas com deficiência no ensino superior e à necessidade institucional de responder as demandas crescentes por acessibilidade e permanência acadêmica. Conforme relatado pelo entrevistado/coordenador do CIA/UFPB, a criação do setor não ocorreu de forma imediata ou isolada, mas foi resultado de mobilizações internas, articulações políticas e reivindicações da própria comunidade universitária e, nesse processo, diferentes profissionais e setores passaram a dialogar sobre a urgência de estruturar políticas mais sistemáticas de acompanhamento aos estudantes com deficiência, culminando na implementação de um espaço institucional voltado a avaliação das demandas, orientação pedagógica e promoção de ações inclusivas.

Assim, o comitê foi se consolidando gradualmente, como uma instância de mediação entre estudantes, docentes e gestão universitária, contribuindo para a construção de normativas, estratégias de acessibilidade e práticas voltadas a permanência e ao sucesso acadêmico desse público. A compreensão sobre o processo de criação do comitê permite avançar para a análise de sua estrutura organizacional e das estratégias adotadas para operacionalizar as políticas de inclusão no cotidiano institucional.

4.2. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

A entrevista apontou também que, o funcionamento do comitê baseia-se em um modelo interdisciplinar de acompanhamento, no qual cada estudante pode contar com um técnico de referência responsável para monitorar sua trajetória acadêmica (psicopedagogia, pedagogia, serviço social, entre outros), mediar à comunicação com docentes e demais setores institucionais e fazer parcerias com projetos de diferentes cursos. Um exemplo de parceria com projetos que o coordenador do comitê citou é o CAPpE(Centro de Apoio Psicopedagógico ao Estudante) em que os alunos assistidos pelo comitê passam por um apoio psicopedagógico, minimizando assim suas dificuldades de aprendizagem.Além disso também, acontecem as reuniões sistemáticas entre os profissionais para discussão de casos,

ações de orientação pedagógica aos professores e intervenções coletivas quando identificadas demandas comuns entre grupos de estudantes, fazendo com que o acompanhamento seja contínuo e favorecendo a construção de estratégias adaptativas e para a efetivação das práticas inclusivas no cotidiano universitário.

Considerando essa estrutura interdisciplinar de acompanhamento, foi possível compreender de que forma o comitê desenvolve práticas pedagógicas flexíveis, voltadas a singularidade dos processos de aprendizagem dos estudantes atendidos ao longo da entrevista.

4.3. FLEXIBILIZAÇÃO METODOLÓGICA E SINGULARIDADE DA APRENDIZAGEM

Outro eixo relevante dentro da entrevista é ao que se refere a concepção metodológica adotada pelo comitê, caracterizada pela flexibilidade e pela rejeição de modelos pedagógicos padronizados. Conforme relatado, não existe uma metodologia única capaz de atender as necessidades de todos os estudantes, sendo necessário considerar suas especificidades cognitivas, emocionais, sociais e essa perspectiva reforça a compreensão da aprendizagem como um processo singular, demandando intervenções individualizadas e o uso de diferentes instrumentos de avaliação e acompanhamento, mobilizados por profissionais de áreas como a pedagogia, psicopedagogia e o serviço social.

Para além das adaptações metodológicas, a entrevista evidencia que a inclusão também se materializa nas dimensões subjetivas e relacionais da experiência universitária.

4.4. INCLUSÃO COMO PERTENCIMENTO E PARTICIPAÇÃO

O coordenador compartilhou que a inclusão é compreendida para além das adaptações pedagógicas, sendo associada à construção do pertencimento acadêmico, a autonomia e a participação social dos estudantes com deficiência. Nesse contexto, o papel dos apoiadores mostra-se fundamental para favorecer o desenvolvimento acadêmico e emocional dos alunos acompanhados e a inclusão é apresentada como um processo que envolve relações interpessoais, acessibilidade institucional e reconhecimento das potencialidades dos sujeitos, contribuindo para que os estudantes se sintam parte ativa da comunidade universitária.

A análise dessas dimensões permite identificar avanços institucionais decorrentes da atuação do comitê, bem como desafios ainda presentes na consolidação das práticas inclusivas.

4.5. AVANÇOS INSTITUCIONAIS E DESAFIOS PERMANENTES

Por fim, o entrevistado aponta avanços significativos desde a criação do comitê, como a ampliação das ações de acessibilidade, o fortalecimento das redes de apoio e a maior visibilidade das políticas inclusivas no ensino superior, entretanto, destaca-se que a inclusão deve ser entendida como uma construção contínua, que depende da participação coletiva e da centralidade da pessoa com deficiência nos processos educacionais. Portanto, nesse sentido, a entrevista reforça a ideia de que a inclusão e a acessibilidade não constituem ações isoladas, mas práticas institucionais que exigem corresponsabilidade, diálogo e sensibilidade frente às singularidades de cada estudante.

5. A ATUAÇÃO DO CIA E SUAS APROXIMAÇÕES COM A PSICOPEDAGOGIA

A compreensão dessas categorias permite ampliar a análise para uma perspectiva interpretativa, relacionando a atuação do comitê aos pressupostos teóricos da Psicopedagogia e da educação inclusiva.

Portanto, sob uma perspectiva psicopedagógica, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade pode ser compreendido como um espaço institucional de mediação dos processos de aprendizagem no ensino superior, ao articular acompanhamento individualizado, orientação pedagógica e ações voltadas a permanência estudantil. Então, visto esse contexto, sua atuação aproxima-se da Psicopedagogia ao considerar que as dificuldades acadêmicas não se restringem a características individuais dos estudantes, mas são influenciadas pelas condições pedagógicas, relacionais e estruturais oferecidas pela universidade e, nesse sentido, o CIA contribui para a construção de práticas educativas mais inclusivas ao favorecer a flexibilização metodológica, o diálogo entre docentes e discentes e o fortalecimento do pertencimento acadêmico dos estudantes com deficiência. Assim, o comitê pode ser entendido como um agente facilitador da aprendizagem e da participação universitária, promovendo intervenções que ampliam as possibilidades de desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos acompanhados.

Nessa perspectiva, torna-se relevante ampliar a análise para outras iniciativas institucionais que, de forma complementar, também atuam no suporte aos estudantes no contexto universitário.

A atuação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) pode ser compreendida de forma ainda mais ampla quando articulada com iniciativas institucionais complementares, como o Centro de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (CAPpE), vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, do departamento de psicopedagogia. O CAPpE constitui-se como um espaço de escuta, acolhimento e acompanhamento psicopedagógico, oferecendo suporte aos estudantes diante das demandas acadêmicas, emocionais e sociais que emergem no contexto universitário. Nesse sentido, enquanto o CIA atua na mediação institucional, na acessibilidade e no acompanhamento acadêmico dos estudantes com deficiência, o CAPpE complementa essa atuação ao intervir diretamente nos processos de aprendizagem, nas dificuldades acadêmicas e nas dimensões subjetivas que atravessam a experiência universitária. Tal articulação evidencia uma prática intersetorial que integra apoio pedagógico e psicossocial, favorecendo não apenas o acesso, mas a permanência qualificada dos estudantes no ensino superior. Assim, a aproximação entre CIA e CAPpE reforça a perspectiva psicopedagógica institucional ao compreender o estudante em sua totalidade, considerando aspectos cognitivos, emocionais e sociais como indissociáveis no processo de aprendizagem e na construção de trajetórias acadêmicas mais inclusivas.

Essa compreensão acerca da atuação do CIA pode ser aprofundada também a luz das contribuições teóricas da área da Psicopedagogia e da educação inclusiva, que oferecem subsídios para interpretar a mediação institucional dos processos de aprendizagem no ensino superior.A partir dessa leitura analítica, torna-se relevante dialogar com referenciais teóricos que possibilitam aprofundar a compreensão sobre a mediação da aprendizagem e a construção de práticas educativas inclusivas no contexto institucional.

As reflexões de Mantoan (2003), por exemplo, apontam que a inclusão educacional exige transformações estruturais e pedagógicas nas instituições de ensino, rompendo com modelos homogêneos de aprendizagem e valorizando as diferenças como elementos constitutivos do processo educativo. Nessa perspectiva, práticas inclusivas implicam reorganização curricular, flexibilização metodológica e compromisso coletivo com a participação de todos os estudantes.

Complementando essa discussão, a Psicopedagogia institucional, conforme abordada por Bossa (2011) destaca que as dificuldades de aprendizagem devem ser analisadas considerando o contexto escolar e as relações estabelecidas entre sujeito, conhecimento e instituição e a autora enfatiza que a intervenção psicopedagógica pode atuar preventivamente e de forma mediadora, favorecendo a construção de estratégias que promovam o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes e a superação de barreiras educacionais.

Nesse sentido, as contribuições de Vygotsky (2007) possibilitam também, aprofundar a compreensão sobre a importância da mediação e da interação social nos processos de aprendizagem. Para o referido autor, o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das relações sociais e das experiências culturais compartilhadas, sendo a aprendizagem um fenômeno fundamentalmente mediado. A noção de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) evidencia que os sujeitos podem alcançar níveis mais complexos de compreensão quando recebem apoio adequado de outros indivíduos mais experientes, como professores, colegas ou mediadores institucionais.

Diante das discussões apresentadas, compreende-se que a atuação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade constitui um elemento significativo na mediação dos processos de aprendizagem no ensino superior, ao articular acompanhamento individualizado, orientação pedagógica e estratégias institucionais voltadas a permanência estudantil. Ao dialogar com os pressupostos da Psicopedagogia e da educação inclusiva, observa-se que o CIA contribui para a construção de práticas acadêmicas mais flexíveis, participativas e sensíveis às singularidades dos estudantes com deficiência e, dessa forma, evidencia-se que a inclusão universitária não se restringe ao acesso formal, mas envolve a criação de condições concretas para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos sujeitos, reafirmando o papel das instituições de ensino superior na promoção de trajetórias formativas mais equitativas e significativas.

Diante dessas discussões teóricas e da análise preliminar do contexto institucional investigado, faz-se necessário explicitar os caminhos metodológicos adotados para compreender, de forma sistemática, as percepções dos participantes acerca da atuação do comitê.

6. METODOLOGIA

6.1.DELINEAMENTO

O presente estudo configura-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de nível exploratório, com delineamento transversal e fundamentação tanto bibliográfica quanto empírica. Essa configuração da pesquisa se dá uma vez que, busca compreender, interpretar e atribuir significados às experiências e percepções dos sujeitos envolvidos no contexto institucional investigado. Conforme destacam Antônio Carlos Gil (2008), a pesquisa qualitativa é especialmente adequada para investigações que buscam compreender aspectos

subjetivos e contextuais dos fenômenos sociais. Além disso, o caráter exploratório do estudo justifica-se pela necessidade de maior familiaridade com o problema investigado, visando torná-lo mais explícito e compreensível (GIL, 2008). Nesse sentido, privilegia-se a análise dos discursos, das práticas e das vivências relacionadas ao processo de inclusão no ensino superior, considerando a complexidade e a singularidade dos fenômenos educacionais.

O estudo foi desenvolvido no âmbito do Comitê de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba. A escolha desse contexto justifica-se pela relevância do CIA na promoção de ações voltadas à acessibilidade e ao acompanhamento de estudantes público-alvo do comitê, bem como pela inserção da pesquisadora nesse espaço enquanto aluna apoiadora, o que possibilitou uma aproximação significativa com as práticas e dinâmicas institucionais.

Essa escolha metodológica dialoga diretamente com o campo da Psicopedagogia, especialmente em sua vertente institucional, que compreende os processos de aprendizagem como fenômenos situados em contextos educativos concretos e atravessados por dimensões sociais, afetivas e culturais.

6.2.PARTICIPANTES

Os participantes que fizeram parte da pesquisa foram os discentes ativos do CIA/UFPB, incluindo tanto os apoiados quanto os apoiadores. Os critérios de inclusão consistiram em estar ativo no programa durante o período de coleta de dados, terem idade mínima de 18 anos e consentir voluntariamente, em participar da pesquisa. Houve a participação de 23 discentes, que concordaram em participar voluntariamente da pesquisa.

6.3.INSTRUMENTOS

Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos qualitativos que possibilitaram a expressão livre dos participantes sobre suas experiências no programa CIA/UFPB e para adquirir informações sobre o mesmo. Tais escolhas se fundamentam na possibilidade de captar a riqueza dos discursos dos participantes, favorecendo a expressão de suas percepções de forma livre e detalhada. De acordo com Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2010), esses instrumentos são amplamente utilizados em pesquisas qualitativas por permitirem maior flexibilidade na coleta de dados e aprofundamento das informações obtidas.

Inicialmente, foi aplicada uma entrevista semiestruturada com o coordenador do comitê para coletar dados sobre o contexto geral sobre sua prática, através de uma reunião realizada pelo *Google Meet*. Logo em seguida foi aplicado um questionário virtual, através da

plataforma *Google Forms*, com perguntas abertas tanto para apoiadores e apoiados, abordando três dimensões principais: percepção de aprendizagem, engajamento e relação, satisfação e impacto. Com isso, buscou-se investigar de que forma o apoio recebido pelos discentes assistidos contribuiu para a compreensão de conteúdos, autonomia e organização nos estudos.

Já a dimensão de engajamento e relação, explora a participação, motivação e qualidade das interações entre pares (apoiador e apoiado). Por fim, a dimensão de satisfação e impacto visa identificar percepções sobre os efeitos do programa na rotina acadêmica e no desenvolvimento pessoal destes discentes. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, permitindo que os participantes descrevam suas experiências de forma detalhada, incluindo contribuições do programa, dificuldades enfrentadas e impactos percebidos, enriquecendo a análise com informações substanciais e qualitativas. A entrevista com o coordenador durou cerca de 1 hora e 50 minutos e formulário teve um tempo médio de 15 a 20 minutos.

6.4.PROCEDIMENTOS

A coleta e a manipulação dos dados da pesquisa se deram através da assinatura eletrônica dos participantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo a Resolução Nº 510/2016 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Uma vez obtido o consentimento informado, os participantes permitiram descrever suas experiências no programa, refletindo sobre aprendizagem, engajamento, satisfação e impactos percebidos. Durante esse processo, foi garantido sigilo, anonimato e respeito a autonomia dos participantes, assegurando que as informações coletadas sejam utilizadas exclusivamente, para fins acadêmicos, respeitando os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

A partir desse delineamento metodológico, os dados produzidos por meio da entrevista e do questionário foram organizados e interpretados com base em uma perspectiva qualitativa de análise, possibilitando a identificação de sentidos, recorrências e significados presentes nos discursos dos participantes. Nesse processo, recorreu-se a organização temática dos conteúdos, em aproximação aos pressupostos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), a qual permite a sistematização e a interpretação dos dados de forma rigorosa e contextualizada. Assim, os resultados são apresentados e discutidos a partir de categorias analíticas construídas ao longo da leitura e releitura do material empírico, buscando compreender como se configuram as práticas de inclusão, os sentimentos de pertencimento e os avanços percebidos no âmbito do CIA.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foi realizada a leitura flutuante das respostas obtidas por meio do questionário virtual aplicado aos participantes do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, com o objetivo de identificar sentidos gerais, recorrências temáticas e percepções predominantes acerca da atuação do programa.

Participaram da pesquisa 23 estudantes, entre apoiadores e apoiados, cujos relatos foram organizados conforme as dimensões previamente definidas no instrumento, como aprendizagem; engajamento e relação; satisfação e impacto. A partir desse processo, foi possível estruturar categorias temáticas que expressam a experiência subjetiva dos participantes no CIA. Segundo as informações demonstradas no Quadro1, destacamos as categorias trabalhadas e seus respectivos registros e o sentido interpretativo.

Quadro1: Categoria temática, unidades de registro identificadas nos discursos e sentido interpretativo.

CATEGORIA TEMÁTICA	UNIDADESDE REGISTROIDENTIFICADASNOS DISCURSOS	SENTIDO INTERPRETATIVO
Contribuições para a aprendizagem	"Ajudou a entender melhor os conteúdos"; "Organizar os estudos"; "Melhor desempenho"; "Tirar dúvidas"; "Acompanhar atividades".	O apoio pedagógico atua como mediação da aprendizagem, favorecendo compreensão acadêmica e desenvolvimento da autonomia.
Organização e rotina acadêmica	"Planejamento"; "Cronograma"; "Gestão do tempo"; "Menos sobrecarga"; "Mais foco".	O programa contribui para o desenvolvimento de estratégias de autorregulação e adaptação às demandas universitárias.
Relação interpessoal e acolhimento	"Me senti acolhido"; "Apoio emocional"; "Escuta"; "Não me senti sozinho"; "Relação de confiança".	A atuação do CIA promove pertencimento institucional e suporte socioemocional.
Engajamento e Motivação	"Mais motivação"; "Vontade de continuar"; "Participar mais"; "Segurança"; "Confiança".	O apoio recebido fortalece a participação acadêmica e o envolvimento com o curso.
Permanência Estudantil	"Evitou desistência"; "Ajudou a continuar"; "Superar dificuldades";	As ações do CIA configuram estratégia

	“Persistir no curso”.	institucional de permanência no ensino superior.
Impactos no Desenvolvimento Pessoal	“Autonomia”; “Crescimento”; “Aprendi a me organizar”; “Mais independência”.	O programa favorece desenvolvimento global para além do desempenho acadêmico.
Desafios e Melhorias	“Mais divulgação”; “Aumentar número de apoiadores”; “Melhorar comunicação”; “Mais encontros”.	A inclusão é percebida como processo contínuo que demanda ampliação e aperfeiçoamento das ações.

Fonte: A autora (2026)

A organização das unidades de registro em categorias temáticas permitiu compreender padrões de significado presentes nos discursos dos participantes, evidenciando que a atuação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade é percebida como relevante tanto no suporte acadêmico quanto na dimensão relacional e institucional da experiência universitária.

Grande parte dos participantes destacou que o acompanhamento proporcionado pelo CIA favorece a compreensão dos conteúdos, organização dos estudos e desenvolvimento da autonomia acadêmica. Os relatos evidenciam que o apoio recebido atua como uma mediação pedagógica significativa, contribuindo para diminuir dificuldades acadêmicas e ampliar a segurança dos estudantes no processo de aprendizagem.

Esse achado dialoga diretamente com a perspectiva psicopedagógica institucional apresentada no trabalho, ao demonstrar que as dificuldades acadêmicas não são compreendidas apenas como individuais, mas como fenômenos que podem ser minimizados por meio de intervenções mediadoras no contexto educacional. Além disso, essa mediação remete à concepção de aprendizagem socialmente construída, aproximando-se das contribuições de Vygotsky (2007) sobre a importância do apoio de sujeitos mais experientes no desenvolvimento cognitivo.

Outra temática recorrente refere-se à qualidade das relações estabelecidas no programa. Os participantes relataram sentimentos de acolhimento, apoio emocional, confiança e a sensação de não estar sozinho. Esses elementos evidenciam que a atuação do CIA ultrapassa o suporte acadêmico, contribuindo para a construção do pertencimento universitário.

Portanto, esse resultado reforça a compreensão apresentada na fundamentação de que a inclusão não se limita a adaptações pedagógicas ou estruturais, mas envolve dimensões

subjetivas e relacionais da experiência acadêmica, configurando assim que o CIA é um espaço que favorece a participação ativa dos estudantes e fortalece sua identidade enquanto membros da comunidade universitária.

Os discursos também indicam que o programa contribui para o aumento da motivação, redução da evasão potencial e fortalecimento da confiança nas próprias capacidades e também, alguns participantes relataram que o apoio recebido foi decisivo para continuar no curso ou enfrentar momentos de dificuldade.

Esse dado confirma a hipótese norteadora da pesquisa de que as ações do CIA exercem impacto positivo na permanência estudantil, evidenciando a relevância das políticas institucionais de inclusão no ensino superior e também, dialoga com autores citados dentro do presente trabalho, Mantoan (2003) e Glat e Pletsch (2011), ao demonstrar que a efetividade da inclusão depende de estratégias concretas de acompanhamento e suporte.

E por fim, embora predominem percepções positivas, alguns participantes mencionaram ter necessidade de maior divulgação do programa, ampliação do número de apoiadores e ajustes na comunicação ou frequência dos encontros, o que indica que a inclusão institucional é um processo contínuo, que exige avaliação permanente das práticas implementadas. Assim, os relatos contribuem não apenas para validar a atuação do CIA, mas também para apontar caminhos de aprimoramento.

De modo geral, os resultados evidenciam que o Comitê de Inclusão e Acessibilidade exerce papel significativo na mediação dos processos de aprendizagem e na promoção da permanência estudantil no ensino superior. As percepções dos participantes demonstram que o apoio oferecido contribui não apenas para o desempenho acadêmico, mas também para o desenvolvimento da autonomia, do pertencimento e da motivação universitária. Portanto, os dados empíricos corroboram os pressupostos teóricos da Psicopedagogia institucional e da educação inclusiva, reafirmando a importância de políticas institucionais que articulem suporte pedagógico, acolhimento relacional e estratégias de acompanhamento sistemático dos estudantes com deficiência.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões teóricas e da análise dos dados empíricos produzidos nesta pesquisa, foi possível compreender de que forma a atuação do Comitê de Inclusão e Acessibilidade contribui para a promoção da inclusão no ensino superior, especialmente no que se refere a permanência acadêmica, ao desenvolvimento da autonomia e a construção do pertencimento institucional dos estudantes atendidos.

Retomando o problema de pesquisa que norteou este estudo (Compreender qual a contribuição do comitê na promoção da inclusão universitária) os resultados evidenciaram que as ações desenvolvidas pelo CIA são percebidas pelos participantes como relevantes tanto no âmbito pedagógico quanto nas dimensões relacionais e subjetivas da experiência acadêmica. O apoio oferecido pelo programa mostrou-se significativo para a mediação da aprendizagem, organização dos estudos, fortalecimento da motivação e enfrentamento das dificuldades vivenciadas no percurso formativo.

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa foi alcançado ao analisar, sob uma perspectiva psicopedagógica, as contribuições do comitê para a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. Da mesma forma, os objetivos específicos foram contemplados ao identificar percepções positivas quanto à satisfação com os serviços oferecidos, a qualidade das relações estabelecidas entre apoiadores e apoiados e ao impacto do programa na vivência universitária dos participantes.

A análise permitiu ainda evidenciar que a atuação do CIA aproxima-se dos pressupostos da Psicopedagogia institucional, ao compreender os processos de aprendizagem como fenômenos situados e mediados por condições pedagógicas, sociais e afetivas, configurando o comitê como um espaço de intervenção que favorece a flexibilização metodológica, a construção de estratégias adaptativas e o fortalecimento das potencialidades dos estudantes, contribuindo para a efetivação de práticas inclusivas no ensino superior.

Do ponto de vista social e acadêmico, esta pesquisa apresenta relevância ao dar visibilidade as experiências dos sujeitos envolvidos nas políticas institucionais de inclusão, evidenciando que iniciativas como o CIA desempenham papel fundamental na democratização do acesso e, sobretudo, na garantia de permanência qualificada na universidade. Nesse sentido, o estudo contribui para o campo da Psicopedagogia ao ampliar as discussões sobre a atuação institucional em contextos universitários, ainda pouco explorados na literatura.

Como limite da pesquisa destaca-se o número reduzido de participantes e a realização do estudo em um único contexto institucional, o que não permite generalizações. Além disso, a utilização predominante de instrumentos qualitativos possibilita aprofundamento interpretativo, mas não contempla análises quantitativas mais amplas sobre os impactos das ações desenvolvidas. Por outro lado, tais aspectos configuram-se também como potencialidades, ao permitir uma compreensão aprofundada das experiências subjetivas dos participantes e favorecer a construção de análises contextualizadas sobre as práticas inclusivas no ensino superior.

Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras possam ampliar o número de participantes, incluir diferentes instituições de ensino superior e articular abordagens metodológicas mistas, integrando dados qualitativos e, principalmente, quantitativos. Investigações que explorem a percepção docente, os impactos em longo prazo das ações de apoio e a relação entre inclusão institucional e desempenho acadêmico também podem contribuir para o avanço das discussões na área.

Por fim, compreende-se que a inclusão no ensino superior não se constrói apenas por meio de normativas ou estruturas institucionais, mas, sobretudo nas relações que se estabelecem no cotidiano acadêmico, nos gestos de acolhimento, nas mediações pedagógicas e nas oportunidades reais de participação. A experiência analisada ao longo desta pesquisa evidencia que o Comitê de Inclusão e Acessibilidade representa muito mais do que um setor de apoio, é um espaço de escuta, construção conjunta e fortalecimento de trajetórias acadêmicas. Portanto, reafirma-se a importância das universidades públicas enquanto ambientes que, ao reconhecerem as singularidades dos estudantes e promoverem ações inclusivas efetivas, contribuem para a formação de sujeitos mais autônomos, confiantes e pertencentes à vida universitária e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 07 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 07 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. 2005. Disponível em: https://acessibilidade.mec.gov.br/index.php/programa-incluir. Acesso em: 31 jul. 2025.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427_por. Acesso em: 31 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Resolução CONSUNI nº 34/2013. Institui o Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA. João Pessoa: UFPB, 2013. Disponível em: https://www.ufpb.br/cia. Acesso em: 31 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA. 2013. Disponível em: https://www.ufpb.br/cia. Acesso em: 31 jul. 2025.

OMOTE, Sadao. A questão da inclusão escolar: uma perspectiva histórica. In: JESUS, Denise M. de; MARQUES, Rui (org.). **Educação especial: desafios da escola inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 9-26.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior. 2024. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/programa-incluir. Acesso em: 31 jul. 2025.

PINHEIRO, L. B. et al. Avaliação das práticas de acessibilidade em IFES brasileiras: uma revisão integrativa. *Educação em Revista*, v. 39, e247010, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Relatório de acessibilidade e inclusão – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. 2024. Disponível em: https://www3.ufmg.br/acessibilidade. Acesso em: 02 mar. 2026.

ANDIFES. Núcleos de acessibilidade das universidades federais: desafios e perspectivas. 2019. Disponível em: https://www.andifes.org.br. Acesso em: 07 abr. 2026.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise das práticas pedagógicas inclusivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 17, n. 1, p. 45-60, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/FKfZYtZSSdXpTs4QfTWNTYS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 abr. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa Incluir na UFRGS: trajetória e ações. 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/. Acesso em: 02 mar. 2026.

HOLANDA, Beatriz Meireles Waked de. Atendimento psicopedagógico do CAPPE: um estudo sobre as ações realizadas com os universitários. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicopedagogia) – Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/31261/1/BMWH29072024.pdf. Acesso em: 07 abr. 2026.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, por ter me dado forças, sabedoria e perseverança para enfrentar cada desafio ao longo dessa caminhada, mostrando que, mesmo diante das dificuldades, tudo acontece no tempo certo.

Aos meus pais, Maria Araguacy e Ildemar Barros, por todo amor, apoio e ensinamentos que me formaram como pessoa, guiando-me com valores que levarei por toda a vida. À minha irmã, Isis Lacerda, por estar presente e compartilhar comigo essa trajetória.

Ao meu namorado, pelo apoio, paciência e incentivo durante todo o processo de construção deste trabalho, sendo essencial nos momentos mais desafiadores.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e a todos os professores e professoras que contribuíram para minha formação acadêmica e pessoal ao longo do curso.

À minha orientadora, Adriana Gaião, pela dedicação, orientação e contribuições fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Roberto Derivaldo, pela disponibilidade e contribuição na avaliação desta pesquisa.

À Gaby, por ter me proporcionado a oportunidade de fazer parte do Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), experiência que foi fundamental para a construção deste trabalho e para minha formação.

Por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos. Foi um caminho árduo, mas que, com esforço e apoio, se tornou possível chegar até aqui.